

DAS AMBIGUIDADES BRILHANTES AOS ERROS DIZÍVEIS.

ALGUMAS REFLEXÕES

DIOGO ALCOFORADO*

Resumo: Situando-se no campo da Filosofia, o autor reflete sobre o título do Colóquio em que este texto foi apresentado, evocando depois a sua experiência profissional de professor de Desenho e de Geometria Descritiva e propondo por fim algumas conclusões sobre o tema do erro, da falha e do acerto.

Palavras-chave: Erro; Falha; Acerto; Filosofia; Desenho; Ciência.

Abstract: From the point of view of Philosophy, the author reflects on the title of the Colloquium in which this text was presented, later evoking his professional experience as a professor of Design and Descriptive Geometry and finally proposing some conclusions on the subject of error, failure and success.

Keywords: Error; Failure; Adjustment; Philosophy; Drawing; Science.

A minha participação neste Colóquio decorre de duas circunstâncias conjugadas: uma, e primeira, a vontade de corresponder ao convite que a Professora Maria João Reynaud me fez para nele intervir, e que dificilmente recusaria; a outra, o desafio que o próprio título quase programático do Colóquio — *Erros meus, fortuna nossa: da falha como acerto* —, constituía sobretudo por ser realizado numa instituição de Ensino Superior, com todas as implicações, até a nível didático, que um tal enunciado comporta. De facto, sob as ressonâncias camonianas da primeira parte da sua formulação, um conjunto muito amplo de questões existe: as que vocábulos como *erro, fortuna, falha, acerto...* sobretudo quando sequencialmente ligados entre si, necessariamente colocam.

Começarei, então, pelo título; depois, por citar uma experiência pessoal que foi, em determinado momento da minha vida, para mim determinante; e, depois ainda, procurarei alinhar algumas considerações de índole geral, mais como pretexto para reflexão comum, que como contribuição acabada para este Colóquio.

1. Dizer *Erros meus, fortuna nossa*, na dupla *silepse* amplificativa de número que a passagem *meus/nossa* e, logo, quase implicitamente, *nossa = humanidade*, configura, é uma construção exponencialmente amplificativa, arrastando a problemática ligação *erros/fortuna* para o espaço de máxima extensão conceptual: aquele em que todos os humanos estão mergulhados; e se isto pode ser pensado, algo terá que lhe ser junto: é que o termo *fortuna*, como equivalente a *sorte*, e mais até do que a quanto a palavra *destino* cobre, e aos primordiais e não portugueses «*moira*», e «*fatum*»... — é, entre nós, e creio que em outras culturas, e não obstante a ambivalência contínua que a todos estes termos atravessa, geralmente usado num sentido positivo («*ter fortuna*», «*ter sorte*»...), salvo quando outros termos, ou expressões, inversa e necessariamente o caracterizam (seja a «*má fortuna*» camoniana, a

* Universidade do Porto. dalcoforado.fl@gmail.com.

«má sorte», a «sorte adversa», a «sorte madrasta»... até o «mau destino»...). Assim, e a esta luz, a presente ligação *erros/fortuna* surge quase subliminarmente proposta num sentido positivo, como que outorgando ao *erro* — nas múltiplas aceções e campos em que este termo é geralmente empregue —, uma dimensão que parece ser, básica e potencialmente, ou mesmo deterministicamente, positiva: a que tende a constituir os *erros* como que originantes da própria *fortuna*, e sem que qualquer dimensão negativa, e impondo revisões imediatas, lhe seja atribuída; e mesmo que se queira pensar que só da existência reconhecida de *erros* se pode partir para comportamentos e espaços de uma acentuada melhoria que o termo *fortuna*, positivamente empregue, cobrirá, é ainda uma sucessão não linear de causas e possibilidades que se terá de constituir, apelando sempre a uma *fortuna* que conceda a alguns, e só «a alguns», a superação positiva que aqui implicitamente surge; ora, se isto é possível dizer da primeira parte da formulação, a segunda tende, creio, no seu carácter quase contraditório, a reiterá-la, ou a explicitá-la. De facto, numa primeira aceção — o entendimento de «falha» como tempo e pessoa do verbo «falhar»: «ele falha», «nós falhamos» ..., por exemplo —, a *falha* jamais será vista como dizível ou aceitável *acerto*; e, assim, qualquer método, ou via de conhecimento, ou mesmo qualquer modo de procedimento, na sua amplitude estabelecida, sempre a tomará como algo a evitar com o cuidado possível, como um *erro*, um percalço ou um descuido num qualquer processo que, apenas, uma rigorosa sequencialidade, ou o adequado exercício do comumente aceite, do estabelecido, pode permitir cumprir; numa segunda aceção, a *falha*, enquanto abertura reconhecida num espaço dado, material ou, até, meramente conceptual, e assumindo aqui uma formulação substantiva, é uma «abertura» a preencher, ou resolver, desafiante e eventualmente perturbadora, mas que, e também, jamais poderá ser dita, de imediato, e só por si, e em si, como *acerto*: será necessário esperar, creio, que um processo operativo qualquer proceda à sua explicação, ou à sua ultrapassagem, ou solucione a «abertura», ou falta, que o termo *falha* tende a manifestar. E se em casos particulares provocar o aparecimento da *falha*, ou suscitá-la, é um modo de verificar a insuficiência de algo tido por completo e, eventualmente, por definitivo, e neste caso constituir-se como «*acerto*», ou como passo «*acertado*» para um conhecimento mais completo, — volta a ser necessário que um exercício posterior tenda a resolvê-la.

A partir daqui, e destas duas aceções, algo tem de ser dito: o *acerto* nunca está na *falha*, mas na capacidade humana de a impedir, ou de a detetar, reconhecer, e suprir ou solucionar; ou, tão só, de eventualmente a aproveitar, e, por esse aproveitamento, e de algum modo, em outra forma de sequencialidade consequente, ultrapassar; ou, até, e em casos limite, e como se disse atrás, de a suscitar, como modo de mostrar a incompletude, ou insuficiência, de algo que, em determinado campo, e momento, era tido como completo, bastante, suficiente e estável, — assim abrindo caminho a novos e possíveis desenvolvimentos operatórios.

2. Comecei a minha vida profissional, de docente, como professor de Desenho. Licenciado pela ESBAP, hoje FBAUP, e muito antes de uma licenciatura e doutoramento em Filosofia... — era-nos pedido, a mim e aos meus colegas docentes do Ensino Liceal, nesses anos longínquos da década de 60 do século passado, que lecionássemos dois tipos de represen-

tação gráfica completamente diferentes, quer no seu alcance quer na sua metodologia: o vulgar e convencionalmente dito «desenho à vista», e ainda o «desenho livre», e «decorativo», e... — de quase impossíveis didáticas minimamente consequentes, e que só alguns docentes distraídos, nunca questionando os modos metódicos do seu exercício, continuavam a valorizar... —, e aquilo que constituía a autónoma e bem diferenciada Geometria Descritiva, disciplina obrigatória para alunos de Ciências do último ciclo do ensino secundário, já pré-universitários; e se, mais próximo embora, por formação, dos primeiros processos representativos indicados, algo devo confessar, até pelas implicações que, desde então, e até ao presente texto, tenho de reconhecer: foi-me, como docente, muitíssimo mais fácil, e, mesmo, apaziguadoramente consolador, ser docente de Geometria Descritiva, do que de qualquer outro tipo de «desenho» que, então, lecionasse. E mais: desde essa época, nunca encontrei nada tão claro e fácil de transmitir, e depois de controlar conhecimentos, e de posteriormente avaliar e classificar, como a disciplina que os princípios do velho Método de Monge configurava. E a razão, essa, sei-a bem: só no caso da Geometria Descritiva, com o seu sistema representativo fechado, formal, articulado, devidamente codificado e estável, era possível definir, e decidir, do «certo» e do «errado», saber até que ponto a representação buscada estava «certa», ou não, saber, até, o que o aluno sabia e aquilo que não sabia. O *erro*, e o *certo*, eram dizíveis por qualquer pessoa que conhecesse o referido método, permanente, alheio a subjetividades espúrias e a gostos particulares; não admitia variações, concessões, interpretações duvidosas ou dubitativas. Era um campo construído, dominante. E dei conta de mim, nessa altura, a invejar, sobretudo, os professores de Matemática: mestres de clareza, avaliadores capazes, continuamente confrontados com uma nitidez que nenhum dado lateral, ou qualquer ambígua construção, permitiria disfarçar...

O Desenho, o outro Desenho, era, ele também, e já, e a partir desta consciência, outra coisa: um território de *possíveis*, fluído, incaptável, onde nenhuma oposição estável, e sólida, do tipo *certo/errado* se podia constituir, — ou se podia dizer com força de necessidade. Perante os mais frustes exercícios com que me confrontei, perante as mais elementares incapacidades constitutivas de qualquer representação, creio que jamais pude empregar o termo «*erro*»: este era reservado para outros domínios, que aqui não cabiam. Restava esperar, tentar modificações, alterar estratégias, sugerir... Que palavras se poderiam, perante tais realidades, empregar?

3. Se citei esta minha experiência inicial, enquanto docente, foi pelo facto de ela me surgir como paradigmática. Poderia ter usado outros exemplos: a escrita, com os seus *erros* ortográficos (e como, na minha juventude, «*dar erros*» era sancionado!...) ou de sintaxe, e o ensino e avaliação de composições literárias, ou outros de semelhantes características; mas, o citado, creio, basta; e terá sido, talvez, a partir dele, e alargando o âmbito reflexivo, que dei comigo a tentar perceber o que é, afinal, o *erro*, ou o que como tal se entende — ou, enfim..., o que como *erro* possa ser universalmente dizível... Ora, é esta reflexão sobre a ideia de *erro* que me parece ser, a um tempo, importante e fecunda: aquela a partir da qual toda a abordagem do que seja dizível como *erro*, e depois, também, como *falha*... O que, afinal, constitui o objectivo deste Colóquio; o que, de algum modo, e como antes disse, aqui visio.

Se o vocábulo *erro* se pode constituir central no nosso discurso quotidiano, é porque tal vocábulo cobre, e marca, um número quase infindável de situações, atos, procedimentos, atitudes, gestos..., de imediato arrastando consigo todas as implicações críticas que *àquele que errou*, ou que é suposto ter *errado*, possam ser atribuídas, ou que o próprio a si mesmo se atribua. E do que se diga ser *erro* à *culpa* o caminho é breve, e existencialmente, e definitivamente, tenso: o que decorre quer da atribuição externa do *erro* a alguém, quer da própria consciência íntima de alguém *que errou*, ou que pensa *ter errado*, em processos e percursos de, por vezes, infinita complexidade. Mas, em qualquer dos casos, alguns dados comuns podem ser detetados:

- em qualquer nomeação de *erro* há, sempre, um qualquer procedimento que foge ao suposto, ou estabelecido, ou a um *dever ser* de amplos contornos, uma *falha*..., tendo em vista a obtenção de um resultado específico que era dado obter, e que, por tal procedimento, se torna impossível, — eventualmente com consequências gravosas, ou mesmo fatais, para quem o cometeu, ou para quem indiretamente o sofre;
- tal nomeação de *erro* pode comportar perspectivas diversas de avaliação, de acordo com os campos culturais, ou de mero interesse conjuntural, de quem o aponta e diz;
- tal nomeação de *erro* só é detetável (?) e dizível *a-posteriori*, e reconhecível pelas suas consequências práticas, ou pelos resultados diretos ou indiretos que de tal procedimento decorrem;
- uma tal avaliação terá de ser, em múltiplas e díspares circunstâncias, provisória, e mesmo, muitas vezes, probabilística. As consequências gravosas do *erro*, aparentes num primeiro momento, podem vir a revelar-se fecundas;
- esta nomeação de *erro*, sempre *a-posteriori*, como foi acentuado, é independente da bondade ou não-bondade da ação, ou acontecimento, ou projeto visado, — mas dizível apenas pela não adequação do ato que se venha a dizer *errado* à realização do fim em vista, qualquer que seja o juízo que sobre tal fim se tenha;
- em campos abertos de procedimento, não regidos por códigos pré-estabelecidos, setoriais, formais e fechados, o *erro*, ou a sua possibilidade de ocorrência, ou o de que como tal venha a poder ser dito, terá de ser sempre previsto, ou calculado, de um modo probabilístico, e indiciário, pelo próprio interveniente, num processo sempre de ambiguidade e de incerteza;
- em todos os campos não formais e não codificados, ou mesmo formais e codificados, e setoriais, mas não fechados, e em que haja um conjunto de possibilidades mais ou menos amplas de implicações, ou determinações, de cariz subjetivo, ou de interferências e causalidades estranhas ao próprio código, a possibilidade do que possa vir a revelar-se um *erro* acresce exponencialmente, sendo ele, aqui, e também, só reconhecível *a-posteriori*, e dizível e avaliável de acordo geralmente com a subjetividade e interesses do próprio agente, ou com subjetividades alheias, ou com outros interesses ou princípios marcantes de outros campos culturais;
- a Vida (com ou sem maiúscula...), em todos os lugares e momentos, é o campo definitivamente aberto de movimentos e processos geradores de procedimentos enten-

díveis como *erros*, em número infinito e necessariamente incontável, e em processo ininterrupto e multimodo de ações e de reações, e capazes de provocarem, muitas vezes em implicação recíproca, situações de favorecimento ou desfavorecimento, mesmo de incremento ou de destruição, das partes direta ou indiretamente intervenientes no processo;

- esta sucessão ininterrupta de ações e reações, que os *erros* (?), ou quanto como tal se diga, a um tempo suscitam e alimentam, constitui um território ilimitado de reflexão para quem sobre a atividade humana se queira debruçar, e da sua observação queira dar testemunho. A grande literatura, o grande cinema, mesmo: a grande filosofia..., assumem-nos com foros de irrecusável centralidade.

4. A esta luz, e contra uma tal ilimitada abertura, pode dizer-se que todos os processos de formação, organização e sustentação humanas, quer entendidas a nível pessoal quer social, radicam na capacidade de estabelecimento de princípios, e na constituição de esquemas, estruturas operatórias e, mesmo, de vivência em conjunto, e de códigos e de leis, marcadas pela delimitação de práticas comumente aceites, conhecidas e eficazes, e que tendam à clarificação objetiva e partilhada do que é possível (ou devido; ou conveniente; ou obrigatório) fazer, e do que, ao invés, não é possível fazer, simultaneamente alertando para as consequências perturbadoras ou nefastas das transgressões, ou mesmo impondo sanções a quem a tais determinações se oponha, ou deixe de cumprir.

Dito de outra maneira, toda a estruturação humana e social tende, desde início, a delimitar campos onde seja possível designar o que é, efetiva ou potencialmente, *erro*, e aquilo que o não é, visando procedimentos adequados e conformes ao comumente aceite, e sancionando os julgamentos adequados. E dizer isto implica dizer, quase inversamente, que só a partir da prática de *erros* (ou dos procedimentos múltiplos que este vocábulo permita cobrir), verificados, e anteriores, tais estruturas, estratificadas e codificadas, se vão desenvolvendo e multiplicando.

Mas, uma tal disposição estruturante, e codificatória, não impede o reconhecimento de que tais estruturas e códigos, desde que não estrita e meramente setoriais, formais, e cerrados, estão internamente inquinados por implicações não controláveis, por *falhas* que, a um tempo, os perturbam ou tendem a tornar passíveis de revisão ou reajustamentos sucessivos.

Ora, e assim, nada espanta que se possa dizer:

- que todo o progresso, e formação, individual e social, se alimenta pela sucessão ininterrupta do que designamos agora como *tentativas e erros* realizados pelo homem, ao longo de milénios, no seu esforço para obtenção de fins particulares visando, sempre, um *acréscimo de bem-estar* e possibilidade de *aumento de permanência física*, pessoal ou de grupo;
- este esforço sempre foi avaliado, e controlado, de modo algo empírico, em termos individuais e coletivos, e por vezes de forma conflitual entre os interesses de uns e de outros, pelo carácter *negativo* que a quanto viria depois a ser dito *erro* se atribuía: ele era o procedimento operatoricamente *não-eficaz*, o psicologicamente ou socio-

- logicamente *não-gerador* de bem-estar, o conceptualmente *não-capaz* de resolução de problemas, o eticamente *não-aceitável*, ou ...;
- que, dentro deste esforço de afirmação pessoal e de conhecimento, os procedimentos ditos *por tentativas e erros* constituíram, como se disse, um fundo empírico sobre o qual todas as conquistas elaborativas e especulativas se vão construindo;
 - que, dentro de um tal esforço, contínuo ao longo de milénios, o esforço de conhecimento do real envolvente, nas suas múltiplas configurações e possibilidades, assume um papel fulcral e determinante, — e de que a constituição das Ciências, e as Ciências já constituídas, tal como hoje as conhecemos, são um ponto de chegada, sempre provisório..., mas central e, ainda hoje, de insubstituível «incompletude»;
 - e ainda: que todos os cientistas (e, mais: legisladores, artistas, pensadores...) no seu afã constituinte, e de descobertas, ou de preenchimentos..., de *falhas*, ou de faltas sucessivas, conhecem o papel central que, inúmeras vezes, o *acaso* trouxe, ou radicalmente impôs, ao seu exercício, — de golpe abrindo caminhos de todo em todo insuspeitados, obrigando a rever estratificadas e insuficientes crenças, estabelecendo ligações de fecundíssimas consequências;
 - a esta luz, o *acaso*, ou o *dado ocasional* que o *acaso* constitui com a sua insólita e irredutível presença, não será mais do que a irrupção, evidente e inquestionável, de factos e possibilidades não previstas nas múltiplas estratificações já construídas, mostrando, ou impondo, as virtualidades da própria «abertura» do Mundo, e da Vida, a qualquer esquema que tendesse a reduzi-la e controlá-la;
 - que, não obstante quanto se disse, todos os cientistas, de algum modo, se maravilharam e ficam perplexos perante a possibilidade de certos tipos de desenvolvimento lógico, e aparentemente autónomo, dos quadros formais constituídos (matemáticos, físicos, químicos...) se virem a revelar operatoriamente eficazes, de algum modo fazendo o Real, natural e dado, (co)responder a quanto uma organização formal, e conceptual, comporta. Tal facto, de algum modo semelhante, mas inverso, do problema que constitui a descoberta de princípios e leis gerais, levanta, em termos epistemológicos, e, até, ôntico-metafísicos, questões fascinantes, e necessariamente hipercomplexas;
 - de algum modo, é esta operacionalidade a partir do Real dado, e sobre o Real envolvente, que a um tempo marca, e legitima, numa dimensão trans-formal, os critérios de *erro*, ou de *verdade*, de tais construções.

5. É a partir daqui, e pensando quanto se disse, que creio que:

- só é possível utilizar o vocábulo *erro*, no seu sentido mais imediatamente preciso e universalmente consensual, e porque universalmente reconhecível, no interior de um sistema formal e fechado, setorial, estável e marcado por convenções estabelecidas, e comumente conhecidas, capaz de permitir a qualquer avaliador, imediatamente, e em qualquer momento, conhecedor dos princípios, convenções e regras do citado sistema, e indiferente a qualquer dimensão subjetiva, detetá-lo, e assinalá-lo;

- fora de um tal sistema, ou de quantos sistemas com afins características possamos conceber, ou imaginar, o *erro*, ou aquilo que como tal vulgarmente designamos, é apenas o resultado de uma possibilidade, entre um número variável de *possibilidades*, que o sujeito atuante pode atualizar pelos seus procedimentos, atos, juízos ou construções, — e com consequências que apenas poderão vir a ser avaliadas em circunstâncias especiais e, até, de acordo com opções e pontos-de-vista, eventualmente díspares, de quem os encare e avalie;
- é até pensável que um mesmo sujeito, ou o próprio sujeito da ação, em momentos diferentes, avalie diferentemente também um mesmo ato ou procedimento, julgando-o *errado* ou *não errado*, consoante estados de espírito diversos, ou as reavaliações que possa ir fazendo das circunstâncias, ou dos resultados decorrentes da ação em causa;
- esta possibilidade de *erro* parece deixar de poder ser dita quando o sujeito age no interior de um espaço, ou sistema, completamente *aberto* e (ainda) não balizado por quaisquer regras formais e universalmente partilháveis, e onde os critérios de avaliação serão, como limite, critérios de *gosto* pessoal, ou de um *bem-estar* impartilhável e autotélico; inversamente, e no mesmo caso, só o citado sujeito pode declarar o *erro* quando a sua passada realização não cumprir os seus parâmetros de avaliação de *gosto* e de *bem-estar*;
- uma situação como a anterior, que parece correr ao arrepio do que sejam todas as preocupações com a organização social e comum, que sempre visa a possibilidade de nomear, a partir de fora e tendencialmente de forma universal, o *erro*, parece poder hoje encontrar o seu ponto de refúgio nos procedimentos produtivos ditos *artísticos*, em que os sistemas — com ressalva de alguns momentos transitórios e que sempre foram limitadamente consistentes — jamais serão fechados, e as formalizações constituídas se confrontam, continuamente, com o aberto extremo do Mundo e da Vida;
- esta impossibilidade de, nestes campos, dizer o *erro*, tem uma contrapartida: é, também, impossível dizer de algo deste tipo que está definitiva e completamente *certo*. A palavra *acerto*, muitas vezes usada em tais setores com o seu caráter dinâmico e aproximativo, mostra apenas uma tendência valorativa positiva, mas, de algum modo, também, e sempre, revisível; os próprios artistas sabem-no bem: o *acerto* conseguido em determinado momento, pode exigir transformações em momentos posteriores, sejam simples e sucessivas alterações, ou rasuras, ou mesmo aniquilações;
- é possível dizer, contudo, que no interior destes procedimentos artísticos, e quando haja recurso operatório, e internamente querido, a esquematismos formais codificados e estáveis, do tipo «perspetiva», «métrica», «construção sintáctica», «rima», etc., haja possíveis *erros* comumente verificáveis, por mais que o conjunto produzido se venha a revelar, globalmente, excedendo tal restrição avaliativa, ou tenda a ultrapassá-la.

6. É assim que a possibilidade de nomeação do *erro*, *da culpa*, e *da falha*, se torna, sempre, mais problemática. E inquietante. E será a esta luz que se pode compreender que:

- esta *abertura* ilimitada, do Mundo e da Vida, suscitando a colocação perante *possibilidades e determinações* incontroláveis e ilimitadas, é, também, geradora ilimitada de possibilidades operatórias, com consequências ambivalentes: ou constituindo um campo de maravilhamento e de contínua ação inesgotável, e transformadora, ou de perplexidade e angústia perante a necessariamente perturbante dimensão excessiva de quanto nos rodeia;
- entretanto, esta abertura ilimitada convém mal a qualquer pretensão a uma teorização globalizadora que vise uma estruturação social e permanente, e que se queira regida pelo designado, ou tão só invocado, *bem-comum*: tal abertura tende a *impedir a constituição de sistemas formais e fechados*, explicativos e operatórios, e globais e totalizantes, — e, por eles, a nomeação, neutra e universalmente reconhecível, e dizível, do *erro*, e ainda, como sua consequência, a atribuição individual, ou coletiva, de *culpa*. E mais: um tal impedimento permite a eclosão de fenómenos e de territórios ambíguos onde o ético e o ontológico, e o meramente circunstancial, se tendem a entrelaçar, ou reciprocamente diluir;
- assim, a esta *abertura ilimitada*, e a esta diluição, conjuntural ou circunstancialmente reconhecida, ou pressentida, e que uma tal *abertura* manifesta, tendem a opor-se, no interior do sistema social e reflexivo, os posicionamentos e discursos que poderemos designar como *dogmáticos*. Estes, sempre voluntaristas, alicerçados em princípios *não-provados*, e opacos e redutores, — e, se assim se pode dizer, de forma quase contraditória, *antirrealistas*, ou *nacionalisticamente utópicos* — vêm a ser os instrumentos operatórios usados por determinados grupos para imporem, ou tentarem impor, em determinados momentos e lugares, a superação e o fechamento da *abertura ilimitada* por uma *totalidade lógica*, gerando *sistemas transeitoriais* tendencialmente *fechados*, supostamente capazes de permitirem regrar quer os mecanismos de transformação pessoal e social, quer a possibilidade de assegurarem a permanência e designação universal do *erro* e, concomitantemente, da *culpa*, individual ou coletiva;
- tais posicionamentos, ou discursos, ditos *dogmáticos*, na sua dimensão transtemporal e transespacial, e pela própria impossibilidade de se constituírem simultaneamente como *totalizadores, globais e definitivos*, e como meramente *setoriais, formais, e fechados*, revelar-se-ão sempre, e só por si, uma manifestação de *erro* por parte de quem os atualiza: eles tendem a reduzir, ou a aniquilar, a multiplicidade aberta dos *possíveis*, e a cerrar o Mundo e a Vida em estruturas que não têm capacidade para tal abrangência. Esta impossibilidade constitui também, assim, e a esta luz, um *erro* dizível e universalmente reconhecível, ou verificável.

7. Tenho-o dito múltiplas vezes: creio que uma das grandes tarefas que cabe à Filosofia no século XXI é um esforço de clarificação contínua do âmbito e implicações que certos vocábulos, ou expressões vocabulares, repetidamente empregues, acabam por arrastar consigo. Digo mesmo: certas formulações, hoje facilmente encontráveis em múltiplos discursos, e lugares, tornam-se mais perturbantemente ocultadoras do que efetivamente explicativas,

ou capazes de ajudarem à compreensão dos fenômenos sobre que se debruçam; a leitura de alguns textos, mesmo de autores conceituados, não deixa margem a dúvidas... Volto a dizer: a minha tentativa, aqui, e perante o brilhante, e apelativo, e algo inquietante (?) título deste Colóquio, foi tentar refletir, tão esquemática e sucintamente quanto possível, sobre alguns dos termos nele contidos, — e, indiretamente, sobre as implicações que a sua associação, ou conjugação, eventualmente comportaria; e não me cabe saber do modo como outros, meus pares, mais qualificados até, aproveitam tal título, ou, a partir dele, consequentemente discorrem.

Posso pensar, até, e agora, que escrever este texto *foi um erro* (e aqui temos, de novo, o reconhecimento *a-posteriori*...): havia *indícios*, e *possibilidades*, de que assim iria ser; mas acredito que as minhas *falhas*, e apenas por mediação reflexiva, se possam ir convertendo em *acerto*... O *acerto* de possibilitar que outros, ou eu mesmo..., coloquem de novo, ou completamente refaçam, este modo de pensar a problemática do *erro* e da *falha* — e *das falhas*, possivelmente óbvias, que este texto comporta; ou ainda: que possam destruir, completamente também, quanto aqui foi dito, em nome de outro, e maior, *acerto*...

Uma nota final: confrontado com o Código Ortográfico em vigor, sistema formal e fechado, setorial, sempre passível de revisão ou de atualizações parciais (como já aconteceu, recentemente, com algumas notações gráficas no método de Monge...), eu, formado e formatado por outro Código, não sei quantos *erros* dei, ou se alguém os assinalará, ou se, procurando legítima uniformidade de escrita, por via informática, ou outra, os transformará em *acertos*. Com tais *preocupações*, e agradecendo a quem delas cuide, peço desculpa por não me preocupar.

